

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

ATUÁRIA

QUESTÃO 51

O principal objetivo da avaliação atuarial de um plano de benefícios é

- A definir o custo normal anual do plano de benefícios, mesmo que o plano possua custo extraordinário.
- B fornecer informações estratégicas sobre o plano de benefícios, ainda que estas omitam as obrigações de natureza previdencial.
- C dimensionar o valor das provisões matemáticas, dos fundos previdenciais e de outros compromissos do plano de benefícios.
- D mensurar o valor dos fundos previdenciais de revisão do plano de benefícios.
- E estabelecer as contribuições extraordinárias necessárias para quitar o serviço passado do plano de benefícios, rejeitando-se as contribuições extraordinárias para outros fins.

QUESTÃO 52

O plano de benefícios na modalidade contribuição variável é aquele em que

- A os benefícios programados apresentam característica de contribuição definida na fase de pagamento dos benefícios.
- B os benefícios de risco apresentam características de benefício definido na fase de acumulação.
- C os benefícios programados conjugam características de contribuição definida e benefício definido.
- D os benefícios de risco apresentam características de contribuição definida na fase de acumulação.
- E os benefícios apresentam características de contribuição definida tanto na fase de acumulação quanto na de pagamento.

QUESTÃO 53

Assinale a opção que relaciona corretamente a hipótese atuarial com sua respectiva classificação.

- A hipótese econômica: indexador do plano, taxa de inflação, desligamento (rotatividade) e projeção de crescimento real dos benefícios do plano
- B hipótese demográfica: composição da família de pensionistas, entrada em aposentadoria, indexador do plano e desligamento (rotatividade)
- C hipótese financeira: taxa de inflação, projeção de crescimento real de salário e taxa real anual de juros
- D hipótese biométrica: tabela de morbidez, tabela de sobrevivência e tabela de entrada em invalidez
- E hipótese econômica: projeção de crescimento real dos benefícios do plano, hipótese sobre geração futura de novos entrados e taxa real anual de juros

QUESTÃO 54

Os regimes financeiros são métodos utilizados para prover os recursos necessários ao cumprimento das obrigações do plano de previdência, caracterizando as formas de distribuição do custo ao longo do tempo. Com relação a esses regimes, no contexto dos planos de previdência complementar fechada, assinale a opção correta.

- A O regime de repartição de capitais de cobertura, permitido apenas para benefícios programados, resume-se no cálculo das contribuições em um determinado período, para constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios a serem iniciados no mesmo período.
- B O regime financeiro de capitalização, que calcula as contribuições a serem vertidas ao plano no período contributivo, objetivando constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios futuros, possui diversos métodos de financiamento e é obrigatório para os benefícios programados.
- C O regime de repartição simples, que calcula as contribuições a serem vertidas em determinado período de tempo, visando atender apenas ao pagamento dos benefícios nesse mesmo período de tempo, é legalmente permitido para qualquer tipo de benefício.
- D O regime financeiro de capitalização, obrigatório para todos os benefícios de risco, consiste em calcular as contribuições a serem vertidas ao plano no período contributivo, objetivando constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios futuros.
- E O regime de repartição simples, permitido pela legislação apenas para benefícios programados, baseia-se no cálculo das contribuições em um determinado período, para constituir o capital que responderá pelo pagamento de benefícios a serem iniciados no mesmo período.

QUESTÃO 55

Julgue os itens a seguir, a respeito de métodos atuariais.

- I Os encargos atuariais dos benefícios de risco de qualquer plano de benefícios devem utilizar o método de financiamento denominado crédito unitário.
- II O método de financiamento denominado crédito unitário projetado considera, no cálculo dos benefícios, a hipótese de crescimento salarial até a data de início do benefício.
- III O método de financiamento denominado idade de entrada normal fixa uma idade normal inicial de admissão para qualquer participante ativo, de modo que, a partir dessa idade, a contribuição nivelada seja calculada de tal forma que amortize o valor atual dos benefícios futuros até a data de concessão do benefício.
- IV O método de financiamento denominado crédito unitário consiste em financiar o valor atual das contribuições futuras, em tantas unidades quanto forem os anos (n) de filiação como ativo(a) que o(a) participante terá ao atingir a condição de elegibilidade para a concessão do benefício.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 56

Julgue os itens a seguir, com relação a métodos atuariais de financiamento.

- I O crédito unitário apresenta forma de cálculo do custo normal individual.
- II O prêmio nivelado individual apresenta fórmula de cálculo do custo normal individual.
- III O agregado é aquele em que é considerado o valor atual dos benefícios futuros, menos o ativo do plano, dividido pelo valor atual dos salários futuros de todos os participantes.
- IV O crédito unitário projetado é um método com forma de cálculo do custo normal coletiva.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B II e IV.
- C I, II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 57

No que diz respeito a premissas ou hipóteses atuariais e a tipos de planos de benefícios, assinale a opção correta.

- A As hipóteses ou premissas econômicas abarcam a taxa real anual de juros.
- B Os planos de benefícios na modalidade contribuição definida levam em consideração as hipóteses biométricas em seus cálculos atuariais.
- C As premissas ou hipóteses atuariais podem ser definidas como um conjunto de informações estatísticas que estimam a ocorrência de diversos eventos aleatórios.
- D As premissas atuariais biométricas desconsideram o comportamento da massa exposta aos riscos mensurados.
- E Os planos da modalidade benefício definido dispensam hipóteses financeiras quando do cálculo das reservas/provisões matemáticas.

QUESTÃO 58

As reservas ou provisões matemáticas

- A de benefícios concedidos são relativas aos participantes que ainda não estejam recebendo benefício pelo plano, ou seja, os ativos.
- B de benefícios concedidos são calculadas por meio dos valores atuais dos benefícios futuros a conceder.
- C correspondem à diferença entre o valor atual das contribuições passadas e o valor atual dos benefícios futuros.
- D de benefícios a conceder são calculadas por meio dos valores atuais dos benefícios passados.
- E correspondem à diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras.

QUESTÃO 59

No que concerne a avaliações e métodos atuariais, assinale a opção correta.

- A As avaliações atuariais dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem ser realizadas anualmente.
- B As avaliações atuariais dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem ser realizadas a cada três anos.
- C Independentemente da modalidade do plano de benefícios, existe a obrigação de realização bial de avaliação atuarial para os planos de benefícios previdenciários.
- D Os planos da modalidade contribuição variável dispensam a avaliação atuarial, pois não há utilização de hipóteses atuariais no cálculo das provisões ou reservas matemáticas.
- E As avaliações atuariais são estudos técnicos baseados em levantamentos nos quais se mensuram os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo plano de benefícios e devem ser realizadas por estatísticos, matemáticos, atuários ou economistas.

QUESTÃO 60

A respeito da utilização da hipótese de taxa real anual de juros no cálculo atuarial, assinale a opção correta.

- A A hipótese de taxa real anual de juros é utilizada no cálculo das provisões ou reservas matemáticas de benefícios concedidos apenas para os benefícios de risco.
- B O cálculo das reservas ou provisões matemáticas pelo método prospectivo contempla a hipótese de taxa real anual de juros para o valor atual das contribuições passadas.
- C O cálculo das reservas ou provisões matemáticas pelo método prospectivo considera a hipótese de taxa real anual de juros para o valor atual tanto das contribuições futuras quanto dos benefícios futuros.
- D A hipótese de taxa real anual de juros é utilizada no cálculo das provisões ou reservas matemáticas de benefícios a conceder apenas para os benefícios de risco.
- E O cálculo das reservas ou provisões matemáticas pelo método retrospectivo leva em consideração a hipótese de taxa real anual de juros para o valor atual das contribuições futuras.

QUESTÃO 61

Assinale a opção que indica a denominação dada ao documento exclusivo e obrigatório de cada regime próprio de previdência social (RPPS) no qual são descritas, de forma clara e precisa, as características gerais dos planos de benefícios, a formulação para o cálculo do custeio e das reservas matemáticas previdenciárias, bem como as bases técnicas e as premissas a serem utilizadas nos cálculos.

- A avaliação atuarial
- B nota técnica atuarial
- C demonstrativo previdenciário
- D parecer atuarial
- E demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial

QUESTÃO 62

Com relação ao uso de dados cadastrais dos segurados para a avaliação atuarial de um plano de benefícios de um RPPS, assinale a opção correta.

- A** A nota técnica atuarial do plano de benefícios deverá conter, de forma expressa, a avaliação da qualidade da base cadastral.
- B** Inexistindo informações sobre o tempo de contribuição para a aposentadoria, será considerada a diferença entre a idade atual do servidor e a idade de seu ingresso no ente federado ao qual estiver vinculado.
- C** Poderão ser utilizados somente dados dos servidores ativos, desde que justificados no parecer atuarial, pelo prazo máximo de cinco anos consecutivos.
- D** Incompletude ou inconsistências da base cadastral não impedem sua utilização, se o impacto em relação ao resultado estiver disposto no parecer atuarial, devendo ser adotadas providências para adequação até a próxima avaliação atuarial.
- E** Os dados cadastrais deverão estar posicionados no último dia do exercício anterior ao da exigência de apresentação do demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial.

QUESTÃO 63

No que diz respeito a metodologia e elementos de apuração do resultado de uma avaliação atuarial de um RPPS, julgue os itens a seguir.

- I As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.
- II O fundo previdencial para oscilação de risco não deverá compor o passivo atuarial para fins de apuração do resultado atuarial de um plano de benefícios.
- III Os créditos a receber do ente federativo poderão ser incluídos como ativo real líquido, desde que os valores estejam devidamente reconhecidos e contabilizados pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.
- IV O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 64

Considere que, na apuração do resultado da avaliação atuarial de um plano de previdência de um RPPS, o resultado da diferença entre o ativo real líquido e o passivo atuarial tenha sido deficitário. Nesse caso, é correto afirmar que

- A** a implementação de um plano de equacionamento será obrigatória apenas se o resultado deficitário persistir por três exercícios consecutivos.
- B** o plano de equacionamento do déficit atuarial será considerado implementado a partir do momento em que forem registrados no órgão fiscalizador os documentos de responsabilidade do atuário do plano.
- C** bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza para constituição dos fundos poderão ser aportados ao RPPS para o equacionamento do déficit atuarial, mediante lei do ente federativo, desde que garantidas a solvência e a liquidez do plano de benefícios.
- D** um plano de amortização, se implementado, poderá passar por revisões nas reavaliações atuariais anuais, respeitando-se sempre o prazo máximo de trinta e cinco anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial.
- E** o valor do passivo atuarial será inferior ao ativo real líquido até então acumulado pelo RPPS.

QUESTÃO 65

Se, na avaliação atuarial anual de um RPPS, for apurado um resultado atuarial superavitário, a gestão da entidade deverá

- A** promover aumento dos benefícios dos inativos e pensionistas ou, alternativamente, aplicar a redução parcial ou integral de contribuições ou a suspensão da cobrança de contribuições no montante equivalente a, pelo menos, três exercícios.
- B** alterar o plano de custeio, com redução de alíquotas ou aportes destinados ao RPPS, considerando uma base cadastral atualizada, completa e consistente, que inclua informações a respeito do tempo de serviço e de contribuição anterior dos segurados.
- C** buscar permanentemente a obtenção de resultados cada vez mais superavitários, visando sempre à constituição de fundos previdenciais de oscilação de risco, para mitigar riscos de desequilíbrios e garantir o pagamento dos benefícios futuros.
- D** implementar imediatamente uma redução das alíquotas de contribuição, que deverá ser obrigatoriamente prevista em lei do ente federativo.
- E** revisar o plano de custeio, desde que o índice de cobertura seja igual ou superior a 1,25 por até três exercícios consecutivos.

QUESTÃO 66

Com relação a critérios e condições para a implementação da segregação de massa, julgue os próximos itens.

- I A proposta de segregação da massa dos segurados do RPPS acompanhada da avaliação atuarial e da justificativa técnica apresentada pelo ente federativo deverá ser submetida a aprovação do órgão fiscalizador.
- II A segregação de massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e das obrigações correspondentes.
- III O relatório da avaliação atuarial deverá demonstrar como ocorrerá a separação dos recursos entre o plano financeiro e o plano previdenciário, devendo todos os recursos já acumulados pelo RPPS ser destinados ao plano financeiro.
- IV Uma vez implementada a segregação de massa, fica permitida a transferência de segurados e recursos entre o plano financeiro e o plano previdenciário, desde que apresentadas justificativas técnicas constantes da avaliação atuarial anual.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 67

A respeito das condições de apuração do resultado atuarial e da adoção de medidas saneadoras de eventuais desequilíbrios atuariais de um RPPS, assinale a opção correta.

- A No cálculo do valor da compensação previdenciária a receber pelo RPPS, é vedada a adoção de metodologia que não seja fundamentada em base cadastral atualizada, completa e consistente.
- B O equilíbrio atuarial corresponde à garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.
- C São alternativas ao plano de equacionamento de eventuais insuficiências atuariais a aplicação de alíquota de contribuição suplementar, aportes periódicos de valores preestabelecidos ou, ainda, a implementação da segregação de massas.
- D As insuficiências geradas especificamente pela inadequação das hipóteses atuariais são cobertas pelo valor correspondente às necessidades do custeio, valor esse destinado ao financiamento do custo normal.
- E Para a apuração do resultado da avaliação atuarial, deverão ser computados os valores a receber em virtude da compensação previdenciária pelo RPPS, desde que estabelecido em lei do ente federativo.

QUESTÃO 68

A respeito do processo de segregação de massas, assinale a opção correta.

- A Os servidores admitidos anteriormente à data de corte integrarão o plano financeiro, enquanto os admitidos a partir dessa data integrarão o plano previdenciário.
- B A justificativa técnica exigida para a segregação de massa deverá demonstrar a viabilidade orçamentária e financeira da segregação para o ente federativo, por meio dos fluxos das receitas e despesas do plano financeiro e do plano previdenciário.
- C A avaliação atuarial que tiver indicado a segregação de massa e as reavaliações atuariais anuais posteriores deverão apurar separadamente o resultado atuarial, o plano de custeio e as projeções atuariais de receitas e despesas avaliadas com as mesmas premissas atuariais, tanto para o plano previdenciário quanto para o plano financeiro.
- D O RPPS poderá desfazer a segregação de massa, desde que implementado em lei novo plano de amortização.
- E A segregação de massa deverá basear-se na data de ingresso do segurado no ente federativo, na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, não podendo a data de corte ser posterior à data de implementação da segregação.

QUESTÃO 69

Com relação à apuração de resultados da avaliação atuarial, assinale a opção correta.

- A O plano de custeio deverá contemplar apenas valores para a cobertura das despesas com pagamento de benefícios previdenciários.
- B A segregação de massa consiste na separação dos servidores em dois grupos, sendo um deles estruturado sob o regime de repartição simples, em razão da impossibilidade de elevação das alíquotas para cobertura do período não contributivo.
- C Uma vez implementada a segregação de massa, não será mais possível a adoção de alíquota suplementar para nenhum dos planos criados.
- D É vedada a dação em pagamento pelo ente federativo de bens e direitos e demais ativos, como imóveis e terrenos, para a amortização de déficit atuarial do RPPS.
- E Eventuais insuficiências financeiras são de responsabilidade do tesouro do respectivo ente e dependem da forma de estruturação do RPPS.

QUESTÃO 70

Acerca do demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial (DRAA), assinale a opção correta.

- A O DRAA registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
- B O DRAA não contempla informações e resultados atuariais relativos à segregação de massa, que estarão demonstrados anualmente em justificativa técnica específica.
- C O DRAA contém todas as expressões de cálculo do valor de contribuições, benefícios, salários, provisões e custeio do plano, bem como a metodologia de apuração da compensação previdenciária.
- D O comprovante que atesta a veracidade e a correspondência das informações contidas na avaliação atuarial e no DRAA deverá ser assinado somente pelo responsável técnico pela avaliação atuarial.
- E O envio do DRAA ao órgão fiscalizador é obrigatório e deve ser feito até o dia 31 de julho de cada exercício.

QUESTÃO 71

Carlos era participante de um plano de previdência de benefício definido que previa o pagamento de R\$ 5.000 mensais, durante 20 anos, a partir do início dos recebimentos. Ele decidiu migrar para outro plano de contribuição definida.

Nessa situação hipotética, será transferido para uma conta individual, em nome de Carlos, no novo plano, um valor igual

- A** à reserva individualizada acumulada por Carlos no plano anterior enquanto participou dele.
- B** ao valor presente da perpetuidade correspondente ao pagamento dos R\$ 5.000 mensais, descontados pela taxa de juros média do mercado.
- C** a zero, pois a contribuição de Carlos ao plano anterior deverá financiar os benefícios dos demais participantes.
- D** à soma simples de todos os benefícios mensais a ser recebidos, ou seja, R\$ 1.200.000.
- E** à soma simples de 240 parcelas iguais ao salário atual de Carlos.

Texto 2A3-I

José tem intenção de aderir a um plano de benefícios na modalidade de benefício definido. Ele pretende sacar mensalmente determinado valor fixo durante 18 anos a partir da data em que se aposentar. Para tanto, terá 36 anos para compor sua reserva individual com contribuições mensais de R\$ 800. O atuário que o orientou na escolha do plano informou-lhe que os valores envolvidos eram reais, ou seja, as taxas de juros envolvidas já pressupõem a reposição de perda inflacionária de acordo com o índice oficial de inflação.

QUESTÃO 72

Considerando as informações do texto 2A3-I, suponha que José, antes de aderir ao plano, decida sacar um valor fixo 20% maior que aquele pretendido no começo da simulação e que nenhuma outra hipótese ou pressuposto mude. Nessa hipótese, o valor da contribuição mensal passará a ser de

- A** R\$ 840.
- B** R\$ 820.
- C** R\$ 1.120.
- D** R\$ 960.
- E** R\$ 880.

QUESTÃO 73

Ainda com relação à situação hipotética apresentada no texto 2A3-I, considere que, logo após José ter concordado com as condições de seu plano de benefícios, o atuário que o orientou tenha percebido que havia utilizado uma tábua de mortalidade desatualizada para calcular as contribuições. Considere, ainda, que, ao verificar a tábua correta, ele tenha notado que a expectativa de vida da coorte de José era maior, de modo que a probabilidade de sobreviver a cada ano seria maior que aquela considerada nos cálculos originais. Com isso, para que continue com o mesmo benefício mensal definido a partir da data de aposentadoria, José deverá

- A** reduzir o prazo de contribuição mensal na mesma quantidade de anos que tiver aumentado sua expectativa de vida pela nova tábua.
- B** aumentar o prazo de recebimento do benefício na mesma quantidade de anos que tiver aumentado sua expectativa de vida pela nova tábua.
- C** reduzir o valor da contribuição e aumentar o prazo de recebimento do benefício.
- D** aumentar o valor da contribuição mensal ou aumentar o prazo de contribuição.
- E** reduzir o valor da contribuição mensal, mantendo o prazo de contribuição.

QUESTÃO 74

Um plano de benefícios na modalidade de benefício definido foi estruturado com base em determinadas hipóteses atuariais, tendo sido a contribuição de cada participante determinada de acordo com essas hipóteses e com os benefícios contratados por todos os participantes. Após alguns anos, em um estudo de aderência de hipóteses, verificou-se que a idade de entrada dos novos participantes no plano era significativamente maior que aquela assumida pelas hipóteses iniciais do plano.

Nesse caso, a contribuição de cada participante deverá

- A** aumentar, refletindo a redução dos anos de contribuição da massa de participantes.
- B** diminuir, pois a expectativa de vida da massa de participantes é menor que aquela definida nas hipóteses.
- C** diminuir, pois haverá um rateio por um maior número de participantes.
- D** manter-se constante, pois a idade de entrada não afeta o volume de benefícios a ser pagos no futuro.
- E** manter-se constante, pois a maior despesa futura gerada pelos novos participantes será rateada por eles.

QUESTÃO 75

A respeito da reserva especial para revisão de plano (RERP) de uma entidade fechada de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

- I A RERP será a primeira a ser constituída com o saldo superavitário do plano, caso haja saldo no fim do exercício.
- II A RERP deverá ser utilizada no exercício seguinte ao de sua constituição, para redução das contribuições dos participantes do plano.
- III O uso da RERP para revisão do plano poderá dar-se por meio de melhoria dos benefícios.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Texto 2A3-II

Uma entidade fechada de previdência complementar é ligada a uma empresa que, embora seja patrocinadora do plano de benefícios, decidiu, por questão de conveniência, que irá retirar o patrocínio.

QUESTÃO 76

Considerando-se as informações do texto 2A3-II, é correto afirmar que, no processo de retirada do patrocínio, a empresa deverá cobrir

- A** eventuais insuficiências financeiras oriundas de obrigações assumidas até a decisão de retirada do patrocínio.
- B** apenas o pagamento dos benefícios a conceder dos participantes ativos, ainda que constatada insuficiência de fundos para os benefícios dos assistidos.
- C** o total dos benefícios concedidos e a conceder de todos os participantes.
- D** apenas o pagamento dos benefícios dos assistidos e pensionistas, não lhe cabendo nenhuma obrigação relativa aos participantes ativos.
- E** apenas os encargos financeiros resultantes de eventual transferência dos participantes para outra entidade de previdência complementar.

QUESTÃO 77

Ainda no que se refere à situação descrita no texto 2A3-II, em relação aos participantes ativos e assistidos, no momento da retirada do patrocínio, o patrocinador e a entidade fechada de previdência complementar poderão

- I manter os participantes na entidade.
- II transferir os participantes para outra entidade.
- III pagar à vista os fundos respectivos individualmente calculados para cada ativo ou o valor presente dos benefícios mensais para os assistidos.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 78

Antônio, Bernardo e André são participantes de um plano de benefícios. Os dois primeiros são participantes ativos. Antônio só cumprirá os requisitos exigidos para se tornar elegível ao benefício daqui a cinco anos, enquanto Bernardo já cumpriu tais requisitos, mas não requereu os benefícios na data em que se tornou elegível. André já é assistido e recebe seus benefícios mensalmente, conforme os termos do plano contratado. Os três foram informados de que a administradora do plano decidiu saldar o plano a partir do mês que vem.

A respeito das contribuições e dos benefícios que serão recebidos por cada um dos três participantes referidos nessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- I Antônio não contribuirá mais e receberá um benefício proporcional ao definido na contratação do plano, conforme o tempo de contribuição.
- II Bernardo, por não ter requerido os benefícios na data em que se tornou elegível, os receberá com redução definida conforme o tempo de contribuição.
- III O benefício recebido por André será reduzido, a fim de que a reserva total possa ser distribuída a todos os participantes, ativos ou assistidos, conforme os termos contratados.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 79

A reserva de contingência de um plano de benefícios será constituída

- A** independentemente da existência de superávit, correspondendo a um percentual das reservas matemáticas relativas a benefícios de valor previamente estabelecido, cujo custeio será determinado atuarialmente.
- B** independentemente da existência de superávit, correspondendo a um percentual dos prêmios recebidos nos últimos 12 meses.
- C** independentemente da existência de superávit, correspondendo a um percentual das reservas totais, entre as quais se inclui a reserva para revisão do plano de benefícios.
- D** somente quando o plano apresentar superávit, correspondendo, nesse caso, a um percentual das reservas totais, entre as quais se inclui a reserva para revisão do plano de benefícios.
- E** somente quando o plano apresentar superávit, correspondendo, nesse caso, a um percentual das reservas matemáticas relativas a benefícios de valor previamente estabelecido, cujo custeio será determinado atuarialmente.

QUESTÃO 80

Falta aderência às hipóteses biométricas de um plano de benefícios quando, por exemplo,

- A** a idade dos novos participantes, quando do seu ingresso no plano, ultrapassa o previsto.
- B** os salários dos participantes ativos são reajustados a uma taxa anual maior que a prevista.
- C** as famílias dos participantes geram mais filhos que o previsto.
- D** os assistidos inválidos falecem antes do previsto.
- E** as taxas de juros do mercado financeiro estão acima do nível médio previsto no plano de benefícios.

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 81

Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

- A anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.
- B anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.
- C anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.
- D anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.
- E revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.

QUESTÃO 82

Mais de 450 obras executadas com recursos públicos foram interrompidas em um estado. Foi constatado desrespeito às regras licitatórias, o que possibilitou a emissão de notas fiscais falsas e a participação de empresas não atuantes no ramo e de empresas inexistentes. Devido a essa situação preocupante, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixou prazo para que se adotassem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Mesmo que parte dos processos licitatórios tenha sido regular, o TCU pode indicar irregularidades na execução contratual, como as relativas à forma de pagamento acordada.
- B Para realizar exame de regularidade, o TCU poderá solicitar, até o final do processo licitatório, cópia dos editais de licitação já publicados e sugerir medidas corretivas pertinentes.
- C Havendo débito, o TCU ou o relator, tendo verificado irregularidades, determinará audiência para que o responsável apresente as devidas justificativas.
- D Detectada a prática de ilegalidade, cabe ao TCU determinar, de forma autônoma, a sustação imediata dos contratos firmados.
- E Compete ao TCU averiguar o mau uso de recursos públicos e determinar a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.

QUESTÃO 83

O controle externo da administração pública

- A avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- B é hierarquicamente superior ao controle interno de cada órgão.
- C pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.
- D pode invalidar atos produzidos que infrinjam a legislação.
- E é competência do Poder Executivo, com auxílio dos tribunais de contas.

QUESTÃO 84

O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

- A promover a consolidação das contas nacionais.
- B elaborar e executar a programação financeira da União.
- C apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- D sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- E exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

QUESTÃO 85

Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- A interno.
- B prévio.
- C administrativo.
- D parlamentar.
- E judicial.

QUESTÃO 86

Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

- A A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.
- B É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.
- C O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.
- D A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.
- E O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.

QUESTÃO 87

O controle externo da execução orçamentária da administração pública pelos tribunais de contas

- A** é realizado unicamente por meio de ofício, quando executado na fiscalização de editais de licitação de bens.
- B** abrange os órgãos integrantes das administrações direta e indireta, salvo aqueles que executam atividades do Poder Judiciário.
- C** compreende a averiguação da legalidade dos atos de que resulte a arrecadação de receita ou a realização de despesa.
- D** abrange a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
- E** compreende a apreciação da legalidade dos atos de que resultem a previsão de receita e a fixação de despesa, assim como as nomeações para cargo de provimento em comissão.

QUESTÃO 88

O tribunal de contas de determinado estado emitiu parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais referentes ao exercício de 2017 do governo de determinado município do estado. O parecer continha uma série de recomendações que deveriam ser cumpridas, sob pena de reflexos negativos na apreciação das contas relativas ao exercício do ano de 2018.

O parecer prévio é

- A** um meio de controle inerente ao poder hierárquico.
- B** peça técnico-jurídica de natureza opinativa cuja finalidade é subsidiar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.
- C** emitido pelo órgão ao qual compete a fiscalização da prestação de contas anual do município e prevalecerá por decisão de três quintos dos membros da câmara municipal.
- D** peça de natureza política que orienta o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo Poder Executivo.
- E** um meio de controle para provocar o reexame de atos administrativos.

QUESTÃO 89

No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- A** representação.
- B** fiscalização hierárquica.
- C** pedido de reconsideração.
- D** reclamação.
- E** recurso administrativo.

QUESTÃO 90

Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adulterar algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- A** à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.
- B** ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- C** à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.
- D** à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.
- E** à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.

QUESTÃO 91

José solicitou informações relativas à gestão de determinado órgão do Poder Executivo federal. Apesar de ele ter atendido às normas de identificação estabelecidas pelo órgão em questão, foi-lhe negado o acesso às informações requeridas. Em razão dessa recusa, José apresentou recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a primeira decisão, mas novamente seu acesso foi negado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, para tentar ter acesso às informações requeridas, José poderá recorrer

- A** à Controladoria-Geral da União (CGU).
- B** ao Tribunal de Contas da União (TCU).
- C** à Advocacia-Geral da União (AGU).
- D** à Defensoria Pública da União (DPU).
- E** ao Congresso Nacional.

QUESTÃO 92

De acordo com o que determina a Resolução n.º 12/2008 — Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais —, as contas de determinado gestor deverão ser consideradas ilíquidas caso

- A** comprovem dano injustificado ao erário em decorrência de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- B** comprovem grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
- C** evidenciem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, mesmo que não causem dano ao erário.
- D** venha a ser materialmente impossível o julgamento de mérito, por motivo de força maior ou caso fortuito.
- E** expressem inexatidão dos demonstrativos contábeis, mesmo que os atos de gestão do responsável sejam legais, legítimos, econômicos e razoáveis.

QUESTÃO 93

Julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I O TCU tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação e pode expedir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário.
- II É constitucional norma estadual que estabelece a competência do respectivo tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- III A revogação ou a anulação de aposentadoria já apreciada e registrada pelo TCU prescinde de nova aprovação do colegiado desse órgão para se confirmar, ao contrário do que ocorre com a anulação dos atos de admissão.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 94

Proferidas por meio de acórdãos nos quais são consubstanciados os julgamentos de contas e de processos oriundos de fiscalizações, as decisões do TCU

- A são irreformáveis pelo Poder Judiciário, uma vez que o TCU é cúpula da jurisdição administrativa, que não se confunde com a jurisdição do Poder Judiciário.
- B são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso extraordinário interposto para o STF.
- C são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso especial interposto para o STJ.
- D estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STJ.
- E estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STF.

QUESTÃO 95

Uma sociedade de economia mista da União realizou procedimento licitatório, conforme norma a ela aplicável, para elaboração de projeto executivo e construção da nova sede da empresa. O procedimento foi encerrado com a contratação da construtora vencedora. Durante a execução da obra, o gerente responsável pagou à construtora por etapa ainda não concluída, sob a alegação de que esse pagamento propiciaria o término dos trabalhos em menor prazo. Em fiscalização, equipe do TCU entendeu que o referido pagamento adiantado contrariava as normas aplicáveis à execução do contrato.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O TCU pode, caso verifique ilegalidades, assinar prazo para que a empresa adote as providências para cumprimento da lei; para isso, no entanto, o tribunal deve ser autorizado pelo Congresso Nacional.
- B A referida sociedade de economia mista da União é uma empresa estatal que não recebe recursos do Tesouro Nacional; por conseguinte, o TCU não possui competência para fiscalizar seus atos.
- C O TCU possui competência para fiscalizar atos dessa sociedade de economia mista da União, devendo tal fiscalização ser requerida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- D O TCU deve sustar imediatamente o contrato em execução e, na sequência, comunicar o fato ao Congresso Nacional, para que este tome as demais providências.
- E A CF não estabelece, por si, cominações aplicáveis à situação em apreço, mas prevê a possibilidade de aplicação de multa pelo TCU ao gerente responsável, desde que prevista em lei.

QUESTÃO 96

Um servidor efetivo do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) cometeu falta em serviço. Instaurado processo administrativo-disciplinar contra o servidor, foi garantido a ele o direito ao contraditório e à ampla defesa. O entendimento final foi que o servidor desempenhou conduta irregular.

Nessa situação hipotética, a aplicação da sanção cabível ao servidor será feita pelo

- A presidente do TCE/MG.
- B secretário-geral do TCE/MG.
- C diretor-geral do TCE/MG.
- D corregedor do TCE/MG.
- E plenário do TCE/MG.

Espaço livre

QUESTÃO 97

Além dos conselheiros, o TCE/MG compõe-se de quatro auditores que substituem os conselheiros em caso de ausência e impedimentos destes últimos. A esses auditores são asseguradas as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídio de

- A** procuradores do Ministério Público Federal.
- B** secretários estaduais.
- C** desembargadores.
- D** ministros do STJ.
- E** juízes de última instância.

QUESTÃO 98

O TCE/MG, ao constatar irregularidade em obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá aplicar a sanção de

- A** inabilitação para o exercício de cargo em comissão.
- B** perda de bens na quantia do débito.
- C** suspensão dos direitos políticos.
- D** perda dos direitos políticos.
- E** declaração de inelegibilidade.

QUESTÃO 99

Um secretário de estado de Minas Gerais, provocado pela equipe técnica da sua secretaria, encaminhou consulta ao TCE/MG, a fim de obter o entendimento desse tribunal a respeito da aplicação correta de norma com repercussão financeira e orçamentária, mas que não versava sobre caso concreto.

Nessa situação, o TCE/MG deverá deliberar mediante

- A** resolução.
- B** parecer.
- C** acórdão.
- D** provimento.
- E** instrução.

QUESTÃO 100

Um gestor público do estado de Minas Gerais praticou irregularidade em procedimento licitatório. Como consequência, o TCE/MG, em caráter definitivo, rejeitou suas contas e o condenou ao pagamento de multa. No entanto, foi constatada divergência entre essa decisão e outra, em caso análogo, que havia sido proferida pelo Tribunal Pleno.

Nessa situação hipotética, contra a decisão definitiva, o gestor poderá valer-se de

- A** recurso de reconsideração.
- B** embargos de declaração.
- C** recurso de agravo.
- D** embargos infringentes.
- E** recurso de revisão.